

# STF opina sobre forma de mudar Carta

**Brasília** — O Partido Liberal, através de sua bancada, encaminha hoje ao Supremo Tribunal Federal consulta para que o STF defina se, até a promulgação da nova Constituição, devem ser observados os procedimentos vigentes de elaboração e reforma constitucional. O deputado Alvaro Valle afirmou que o objetivo fundamental da consulta é a interpretação dos limites da soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

— No entender dos liberais — diz o deputado — o arbítrio se caracteriza quando os poderes são discricionários, concentrados e pairam acima da lei, independentemente de estarem concentrados nas mãos de um ditador, das Forças Armadas ou de um só órgão. “Temos um sistema legal vigente”, diz Alvaro Valle, “e podemos e devemos fazer modificações na atual Constituição, mas devemos fazer isso nos termos da lei atual, que prevê, na Emenda 26, que deputados e senadores formarão a Constituinte”.

— No momento temos um tumulto jurídico no país, pondo em risco os direitos individuais dos cidadãos — analisa o deputado — e por isso com a consulta fazemos uma provocação à Alta Corte para que haja uma palavra definitiva sobre quais são as deliberações que, de fato, cabem à Assembléia Nacional Constituinte. No nosso entender liberal cabe aos deputados e senadores promulgar a futura Constituição e, quando necessário, modificar a atual, mas sem revogá-la enquanto outra não existir.

Pede a bancada do PL que o Supremo se pronuncie também sobre os dispositivos convocatórios da Constituinte — quer dizer, o teor da Emenda 26, que significou a convocação de um Congresso-Constituinte — e afirma na consulta que “a assembléia funciona paralelamente ao Congresso Nacional, ao Senado e à Câmara”.

Um dos assessores do STF aponta qual deverá ser o procedimento assim que a consulta for entregue ao presidente do Supremo, ministro Moreira Alves: o presidente do Tribunal deve encaminhar a consulta ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, que dará seu parecer e devolver a matéria para exame do plenário do Tribunal. Não há prazo, mas matéria dessa urgência costuma ser apreciada com rapidez.

## Constituintes querem emendar

**Brasília** — A Constituinte decide hoje se tem poderes para modificar a atual Constituição antes de elaborar a próxima. Projeto de resolução do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que permite à Mesa da Constituinte, depois de ouvir o plenário, baixar resolução alterando total ou parcialmente qualquer artigo da Constituição, foi entregue ao deputado Ulysses Guimarães, que não colocou em votação, alegando que o regimento provisório ainda não havia sido aprovado.

No Palácio do Planalto, a proposta de Maurílio Ferreira Lima foi considerada “absolutamente ilegal”. O presidente Sarney e seus assessores não estão levando a sério a iniciativa e acham que ela expressa o mesmo sentimento que levou a bancada do PMDB a defender a tese da Constituinte exclusiva. O entendimento do Planalto é de que os atuais parlamentares têm poder para emendar a atual Constituição, mas na condição de deputados e senadores, ou seja, como membros do Congresso Nacional. Nesse caso, as emendas necessitam dos votos de dois terços dos congressistas.

### Soberania

A questão da fixação dos poderes da Constituinte dominou a sessão de ontem, convocada para discutir as normas provisórias de funcionamento da assembléia. Os representantes do PT, do PCB, do PC do B e alguns do PMDB querem decidir imediata-

mente que o mandato de Sarney será definido pela Constituinte, assim como mudar outros pontos da atual Constituição, garantindo, segundo eles, a soberania da assembléia.

Na sessão de ontem, durante três horas, mais de 40 parlamentares discursaram sobre o assunto. O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), apoiou a proposta de Maurílio Ferreira Lima, como “forma de firmar que a Constituinte é absolutamente soberana”. O deputado Haroldo Lima (BA), líder do PC do B, foi mais longe: pediu de imediato a retirada de pelo menos nove itens da atual Constituição, entre eles o instituto do decreto-lei, o mandato de seis anos do presidente da República, as medidas de emergência e o decurso de prazo.

O líder do PCB, Roberto Freire (PE), pediu a afirmação do “bloco democrático para garantir a soberania da Constituinte”. Porém o discurso mais contundente — e ouvido com mais atenção pelo plenário — foi o do líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, que lembrou que a soberania da Constituinte “está diretamente ligada à possibilidade de plenário decidir todas as questões”.

O deputado Ulysses Guimarães comprometeu-se a submeter hoje à apreciação do plenário a proposta de Maurílio Ferreira Lima, logo após a aprovação do regimento provisório da Constituinte, que vai vigorar até que o regimento definitivo esteja pronto.